

---

**Júnia Ferreira Furtado**

Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais

---

---

SOUZA, Laura de Mello e.

**O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII.**

São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 505p.

---

A conhecida metáfora do padre Antônio Vieira sobre os paradoxos que envolviam a complexa equação entre o poder régio e as distâncias que marcavam o alargado império português é o ponto de partida desse instigante livro de Laura de Mello e Souza, intitulado *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. Assim como o sol quando está no zênite, cuja luz está em seu auge, e sua sombra diminui, o rei quando está no centro do reino tem seu poder aumentado sobre os funcionários que têm o papel de representá-lo junto aos súditos. Mas uma vez distantes desse centro, no ocaso e no nascente, como o sol que alonga sua sombra, nos distantes cantos do império português, especialmente no além mar – nas colônias do oriente e do ocidente –, o mesmo ocorre com o rei. Este vê seu poder interposto por tantos e tão poderosos agentes, que impõem seus interesses de natureza privada e chegam, muitas vezes, a inverter a vontade de quem lhes revestira o poder. É esse império de sombras longas que esse livro se propõe a desvendar.

O livro versa sobre as práticas administrativas e as trajetórias de alguns administradores que, sob o manto da Coroa portuguesa, atuaram em sua conquista americana, especialmente na região das Minas Gerais, ao longo do século XVIII. Mas não só, o estudo se inicia com a análise da região de São Paulo, em fins do século XVII, berço da sociedade do ouro e de grande parte das formas de sociabilidade privada e da configuração política que tomam forma na região mineradora no século seguinte. Também articula as trajetórias desses personagens numa dimensão transatlântica, pois que circulam por todo o império.

Administração e poder não são temas novos para Laura de Mello e Souza, que começou a enveredar no estudo das formas de relação poder e da administração colonial no seu marcante estudo sobre os *Desclassificados do ouro* (Graal), e mais recentemente em *Norma e conflito* (EDUFMG).

Como em seu primeiro livro, *Desclassificados do ouro*, a autora desta feita parte das duas interpretações angulares da administração portuguesa na colônia: a de Caio Prado Jr. (que salientava que o sistema então instalado pela metrópole era caótico e irracional) e a de Raymundo Faoro (que destacava o centralismo e o controle efetivo da colônia por parte das autoridades). Mas agora, de forma inédita, incorpora e revê as mais recentes interpretações que têm marcado o tema tanto na historiografia brasileira como na portuguesa, especialmente a que analisa o período sobre o viés de um Antigo Regime nos Trópicos. Reside aí a crítica mais contundente tecida por Laura de Mello e Souza ao longo do livro. Retomando o conceito tal qual ele foi formulado pela historiografia européia para a realidade do Velho Mundo, a autora questiona a idéia de elasticizar o conceito de Antigo Regime, utilizando-o de forma indiscriminada à realidade colonial brasileira. Para ela, tal operação minimiza os conflitos, apaga as diferenças, minimiza o papel do estado e subestima o papel que a escravidão exerceu na sociedade colonial. Em suas palavras: "a especificidade da América portuguesa não residiu na assimilação pura e simples do mundo do Antigo Regime, mas

na sua recriação perversa, alimentada pelo tráfico, pelo trabalho escravo de negros africanos, pela introdução, na velha sociedade, de um novo elemento, estrutural e não institucional: o escravismo" (p.68).

É a partir desse diálogo com a Historiografia, e com vasta erudição, inclusive incorporando bibliografia italiana, o que é bastante raro entre os historiadores brasileiros, que a autora apresenta ao leitor o tema da administração colonial, objeto central deste estudo. Entre outros tantos temas importantes, em seu balanço historiográfico, Laura de Mello e Souza aponta a tendência dos novos estudos de não mais se enclausurarem na especificidade da História brasileira, mas de se realizarem, de forma benéfica e profícua, em consonância com o que ocorre no império português. Esse diálogo tem aproximado a Historiografia Brasileira e a Portuguesa, mas também os estudiosos da África e do Oriente. Luís Felipe de Alencastro, por exemplo, "tem afirmado ser impossível compreender o Brasil como expressão peculiar dentro do império, impondo-se a comparação com outras partes" (p.41). Nesse aspecto, *O sol e a sombra* não se afasta dessa tendência, mas antes se coloca na mesma vertente, pois atores e temáticas são analisadas a luz do império e na sua interface.

O livro está dividido em duas partes. A primeira intitulada "Enquadramentos" e a segunda "Indivíduos". Na primeira, além da Historiografia, os diversos capítulos abarcam temas fundamentais para a análise da administração do período: a conjuntura de fins de século XVII e início do XVIII, período no qual se dá o descobrimento do ouro e a instalação do aparato administrativo e fiscal na região das minas; a configuração de São Paulo e a discussão sobre a constituição de uma identidade paulista, temas fundamentais para o entendimento dos embates futuros entre emboabas e paulistas pelo controle das minas de ouro; e as formas que o mando e os conflitos se configuraram na área mineradora. Mas o foco não está apenas em São Paulo ou nas Minas, mas de que maneira a experiência política e administrativa vivenciada nas duas regiões, especialmente após a descoberta do ouro, conformou a política do império, particularmente a gestada no interior do Conselho Ultramarino. Aí se destaca a visão extraordinária do conselheiro Antonio Rodrigues da Costa, cujo pensamento político voltado para a porção americana do território é analisado com sagacidade pela autora. Por fim, no último capítulo da I parte, dissecou a conformação da sociedade nas Minas Gerais, cuja elite buscava o enobrecimento e a construção de uma linhagem assentada no sangue (como ocorrera no nordeste açucareiro), comportamento típico de Antigo Regime, mas que a dura realidade da região, a despeito de sua vontade, configurava como aluvional e arrivista.

Na segunda parte, emergem as trajetórias individuais de administradores coloniais, que, cada qual a seu modo, viveram os paradoxos do mando em terras coloniais. Mas sua preocupação não é com o imobilismo desses agentes, mas com o movimento. Eles são estudados desde o momento de sua formação (seja familiar ou intelectual), geralmente ocorrida no Reino; passando por suas vivências administrativas, que se desdobram em diversas partes do império, destacando-se sua atuação nas Minas; para finalmente abranger o desfecho de suas vidas, geralmente, mas nem sempre, coroado com o aguardado retorno ao Reino, onde almejavam desfrutar as recompensas do serviço do rei. Dessa forma, a atuação desses agentes em Minas não é analisada apenas de forma pontual, mas articulada a questões mais amplas que dizem respeito às formas de sociabilidade que caracterizaram

essa elite de administradores. São essas questões que dão unicidade a experiências tão diversas!

A autora inicia com o conde de Assumar que, de forma enérgica, enfrentou o Motim de Vila Rica em 1720 e que, talvez como nenhum outro governador, refletiu sobre os impasses e os dilemas que a região mineradora impunha à ação metropolitana. Acompanha as trajetórias de alguns funcionários régios que atuaram na capitania das Minas, para, a partir desses exemplos paradigmáticos, compreender não só a atuação desses homens como administradores coloniais, mas os dilemas que com que se deparavam na Corte portuguesa já que eram membros da elite nobiliárquica do reino. Sebastião da Veiga Cabral, o segundo a ser estudado, é exemplar das desventuras vividas por um agente que viu frustradas as tentativas de conseguir os diversos cargos que pleiteou nas Minas. Rodrigo César de Meneses, herói da Guerra de Sucessão Espanhola, governador de São Paulo e depois de Angola, morreu no mar, quando retornava a Portugal, dividido entre a fama de bom administrador e detratado pelos paulistas como déspota. Luís Diogo Lobo da Silva experimentou, como poucos, os limites das dádivas reais, ao não ver recompensados na justa medida seus esforços despendidos na governança da capitania de Minas. Por fim, a trajetória de dom Tomás de Meneses é o fio condutor para a análise do momento em que a alteridade colonial começa a tomar fôlego e se consubstancia na afamada Inconfidência Mineira. Filho de dom Rodrigo José de Meneses, que governou as Minas na década de 1780, dom Tomás, ainda criança, foi louvado no *Canto Genetliaco* de Alvarenga Peixoto. A partir de sua trajetória de vida e da imagem do menino que emerge do poema, a autora discute os limites e as contradições de uma suposta "consciência" colonial. (Em minha opinião, este capítulo é o ponto alto do livro, encerrando a obra com chave de ouro).

O leitor pode se sentir, por vezes, desconcertado com a multiplicidade dos assuntos tratados e com a nem sempre muito clara chave de articulação dos mesmos. Mas, apesar da diversidade dos temas e da análise de trajetórias administrativas tão díspares, Laura de Mello e Souza nos mostra, com maestria, a partir dessas pequenas biografias, que esses homens tinham suas vidas marcadas por estarem divididos entre dois mundos – o reino e as conquistas, partes diversas de um mesmo império. É pois na consubstanciação dos conceitos da similaridade (o Antigo Regime) e da alteridade (o colonial) que se pode compreender a análise que a autora faz da política e da administração portuguesa na América do século XVIII. Ao final, fica clara a perspicácia de Vieira e o acerto de sua metáfora do Sol e da Sombra como paradigma para ilustrar a administração no império português, ponto de partida do livro, pois tais agentes eram sombras, ainda que alongadas: espelhos de seu próprio rei.

---

Recebido para publicação em março  
de 2007

Aprovado em março de 2007